



ATA N.º 3/2017

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE MARÇO DE 2017
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 31 DE MARÇO DE 2017

-----No dia 31 de março de 2017, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Extraordinária, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 28.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor da Assembleia Municipal, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA:**

➤ **PONTO ÚNICO - Situação do património edificado e arqueológico no Concelho de Lagos.**

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Dado o pedido de substituição, para o dia de hoje, do Sr. Fernando Bernardo (PSD), Primeiro Secretário da Mesa, estando presente a Sra. Segunda Secretária da Mesa, Ana Margarida Martins (LCF), assumiu esta as funções de Primeira Secretária, tendo o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), convidado, para exercer as funções de Segundo Secretário da Mesa, durante esta Sessão, um Membro do Grupo Municipal do PSD, Sr. Joaquim Azevedo (PSD). Verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 46 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

| GRUPO MUNICIPAL | NOME/CARGO DO MEMBRO |
|-----------------|--|
| PS | Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) |
| PS | Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) |
| PS | Eduardo Manuel de Sousa Andrade |
| PS | João Henrique Pereira |
| PS | João Luís da Silva Gomes |
| PS | Márcio Filipe dos Santos Viegas |
| PS | Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato |
| PS | Maria Paula Dias da Silva Couto |
| PS | Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa) |
| PS | Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo |
| PS | Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz) |
| PSD | Alexandra Cristina Neves Pargana |
| PSD | Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo |



Fl. 30v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

| | |
|-----|--|
| PSD | Luís Miguel Machadinho Borges da Silva |
| PSD | Maria José Duarte Cruel |
| PSD | Rui Filipe Machado de Araújo |
| LCF | Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (2.ª Secretária) |
| LCF | Cristina Luísa Dias Marreiros |
| LCF | Jorge Manuel Fernandes Ferreira |
| CDU | Ana Paula Pereira Viana |
| CDU | José Manuel da Glória Freire de Oliveira |
| CDU | Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia |
| BE | José Manuel Maio dos Santos |

-----ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA SESSÃO, no momento indicado nesta Ata, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

| GRUPO MUNICIPAL | NOME/CARGO DO MEMBRO |
|-----------------|--|
| PS | Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafim e Barão de S. João) |
| INDEPENDENTE | José Alberto Baptista |

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

| GRUPO MUNICIPAL | NOME DO MEMBRO | PERÍODO SUBSTITUIÇÃO | SUBSTITUTO |
|-----------------|---|----------------------|---|
| PS | Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença | Sessão de março | Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato |
| PS | António Marreiros Gonçalves | Sessão de março | Márcio Filipe dos Santos Viegas |
| PSD | Fernando Manuel Cristino Marreiro | Sessão de março | Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo |
| PSD | Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário) | Sessão de março | Alexandra Cristina Neves Pargana |
| PSD | José Valentim Rosado | Sessão de março | Nuno Joel de Jesus Pacheco da Costa |
| PSD | Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta | Sessão de março | Maria José Duarte Cruel |



-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:

| PARTIDO | NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL |
|---------|---|
| PS | Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Presidente |
| PS | Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente |
| PS | Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador |
| PS | Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora |
| PSD | Rita Maria Rodrigues Pires Guerra Ribeiro - Vereadora |
| LCF | Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador |

-----FALTOU A ESTA SESSÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

| PARTIDO | NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL |
|---------|--|
| CDU | Maria Luísa Miranda de Matos Cardoso Teixeira - Vereador |

-----PONTO ÚNICO - SITUAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E ARQUEOLÓGICO NO CONCELHO DE LAGOS: Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-588-14.

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto, tendo apresentado os Técnicos Municipais que iram usar igualmente da palavra, a saber Dr. António Carrilho, Arq. Frederico Paula e Dra. Elena Morán.

-----O Dr. António Carrilho, Técnico Municipal, fez a seguinte intervenção: "Informação à Assembleia Municipal: Síntese de apresentação - "Património Edificado e Arqueológico do Concelho de Lagos: Igreja de Santo António e Museu" - António Carrilho (Técnico Superior Conservador de Museus) - Porquê investir na Igreja de Santo António e no Museu Municipal Dr. José Formosinho? - Porque a Igreja de Santo António é uma "obra de arte total", atributo que justificou a sua classificação como Monumento Nacional, por Decreto n.º 9842, publicado em Diário do Governo, I Série, n.º 137, de 20 de junho de 1924. - Porque tem a melhor coleção de Arqueologia do Algarve. - Porque as coleções interdisciplinares fazem dele um museu único e, portanto, urge apostar na sua conservação, exposição e divulgação, destacando as suas particularidades relativamente aos restantes. - Porque constituem um dos complexos museológico e monumental mais visitados do Algarve.



Fl. 31v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

| ANO | N.º DE VISITANTES |
|---------|-------------------|
| 2006 | 65794 |
| 2007 | 82023 |
| 2008 | 69356 |
| 2009 | 45928 |
| 2010 | 66199 |
| 2011 | 65730 |
| 2012 | 62341 |
| 2013 | 59726 |
| 2014 | 42366 |
| 2015 | 50346 |
| 2016 | 65455 |
| Total > | 675264 |

- Porque desempenham um papel essencial na formação para a cidadania culta e atenta às questões patrimoniais. PRIPAlg: Plano Regional de Intervenções Prioritárias do Algarve – 2010 - A recuperação da Igreja de Santo António é encarada como um investimento prioritário, sendo elaborado um relatório das necessidades de intervenção: fachadas, interior, sinos da torre de Santo António (fevereiro 2011). - A Direção Regional de Cultura do Algarve (DRC ALG) aprova o relatório (abril 2011). - Procedimento concursal para elaboração do projeto de “Reabilitação da Cobertura da Igreja de Santo António “: adjudicação ao arquiteto António Marques. - 26 de outubro de 2012: visita técnica da DRC ALG para diagnóstico estrutural da Igreja de Santo António e inclusão das intervenções de especialidade no projeto de execução da cobertura. - Março de 2013: Despacho da DULF no sentido de se aguardar pela derrama de 2013 para se avançar com o procedimento concursal para o projeto de reabilitação da cobertura. - 4 de outubro de 2013: Reunião de emergência entre a CML e Futurlagos / DRC ALG / Equipa projetista: decide-se o encerramento da Igreja (12 de outubro) face à acentuada degradação e definem-se três fases de atuação pré-obra: contenção; prospeção; proposta. - Janeiro de 2014: diagnóstico estrutural e levantamento fotográfico levados a cabo, respetivamente, pela empresa OZ - Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade em Estruturas e Fundações, Lda. e pelo fotógrafo Joan Costa. Esta ações foram alvo de candidatura elaborada pela Futurlagos, Empresa Local para o Desenvolvimento, EM, SA., ao Programa Operacional Regional Algarve 21 (POA 21), tendo sido aprovada com os seguintes custos: - OZ: Custo total: € 24.538,50; Comparticipação: € 15,950,03 - Joan Costa: Custo total: € 5.719,50; Comparticipação: € 3.717,68 - 3 de abril de 2014: reunião na Igreja de Santo António para análise das propostas da equipa OZ – Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade em Estruturas e Fundações, Lda., e entrega das mesmas à equipa projetista. Nessa reunião decidiu-se que era preciso diligenciar



no seguinte: - Reforço estrutural da abóbada; - Desmontagem da cobertura; - Montagem de nova cobertura; - Consolidação do reboco. - 13 de agosto de 2014: reabertura condicionada da Igreja ao público. Programa Operacional Regional ALGARVE 21: Ações cofinancias: - Através da Futurlagos, Empresa Local para o Desenvolvimento, EM. SA., e por intermédio da CCDR Algarve foram levadas a efeito as seguintes ações cofinanciadas por fundos comunitários (FEDER / QREN 2007-2013), ao abrigo do Programa Operacional Regional Algarve 21 – Fase 3: Reabilitação Urbana de Lagos: - “Recuperação da cobertura da Igreja de Santo António” Valor total: € 145.273,00, Participação: € 94.427,45, Período de obra: janeiro a junho de 2015. - “Despesas de segurança e gestão de resíduos em obra”, Valor total: € 4.163,55, Participação: € 2.706,31. - “Projeto de reabilitação da cobertura da Igreja de Santo António”, Valor total: € 1.845,00, Participação: € 1.199,25. - “Conservação e Restauro da Pintura Mural do Intradorso da Abóbada da Igreja de Santo António” (julho a setembro de 2015). Valor total: € 50.615,00, Participação: € 31.037,50, Período de obra: julho a setembro de 2015. - “Conservação da Talha Dourada”. Valor total: € 16.430,00, Participação: € 10.679,50, Período de obra: setembro a novembro de 2015. - “Consultoria na área da Conservação e Restauro”. Valor total: € 2.398,50, Participação: € 1.559,02. - “Iluminação interior e exterior da Igreja de Santo António”. Valor total: € 59.236,78, Participação: € 37.181,03, Período de obra: setembro a dezembro de 2015. - “Projeto Elétrico da Igreja de Santo António”. Valor total: € 4.163,55, Participação: € 999,38. - “Requalificação das instalações sanitárias do Museu”. Valor total: € 39.938,34, Participação: € 25.959,92. Visitas comentadas aos trabalhos de conservação e restauro da abóbada. No intuito de envolver a comunidade e sensibilizá-la para a importância de salvaguardar o património, a Câmara Municipal de Lagos ofereceu ao público três visitas comentadas aos trabalhos de conservação e restauro da abóbada da Igreja de Santo António. As visitas, orientadas pelo Dr. Pedro Gago, Conservador-Restaurador contratado como consultor, decorreram nos dias 14, 21 e 28 de setembro de 2015. No final de janeiro de 2016 a Igreja de Santo António reabriu oficialmente com a visita do Dr. João Soares, enquanto ministro da cultura e com uma sessão pública de apresentação da história, diagnóstico de problemas e ações de resolução sobre a Igreja de Santo António, seguido de um espetáculo musical conduzido pela Academia de Música de Lagos. Novas candidaturas: CRES Algarve 2020: Competitividade, Resiliência, Empreendedorismo, Sustentabilidade, Conhecimento. A Câmara Municipal de Lagos, através do Gabinete de Estudos Estratégicos e da colaboração de uma equipa multidisciplinar de Técnicos municipais, apresentou à CCDR Algarve várias candidaturas no âmbito do Programa Operacional Regional CRES Algarve 2020, ao abrigo de dois dos seus avisos: AVISO ALG-14-2016-08 – Património Cultural. Eixo Prioritário: Reforçar a competitividade do território. Objetivo temático: Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética. Prioridade de investimento: Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural. - Designação da operação: “Remodelação, Modernização e Dinamização do Museu Municipal Dr. José

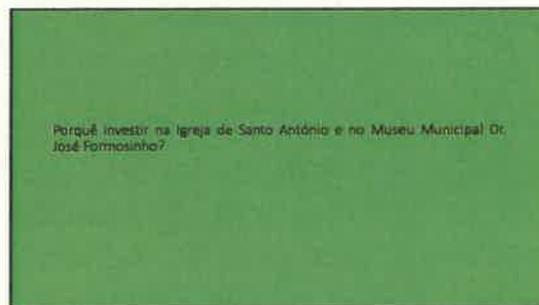


Fl. 32v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Formosinho”. Data de submissão: 15/02/2017 / Aguarda avaliação. Prioridade de investimento regional de nível 2. Espaços a intervencionar: Edifício do Museu, edifício da antiga cadeia e logradouro adjacente. Ações previstas: intervenção arquitetónica nas instalações do núcleo primitivo do Museu, na antiga cadeia e no logradouro adjacente; projetos museográficos do núcleo primitivo e do núcleo de arqueologia; instalação de conteúdos expositivos. Ponto da situação: Núcleo de Arqueologia com projeto de execução de arquitetura aprovado; programa museográfico elaborado; projeto de execução de conteúdos em curso. Núcleo primitivo e logradouro com estudo prévio aprovado e projeto de execução em fase de elaboração. Valor total da candidatura: € 3 421 845,49. Participação: € 2 053 107,29. - Designação da operação: “Muralhas e torreões de Lagos e Igreja de Santo António”. Estado: Aprovada. Prioridade de investimento regional de nível 1. Ações previstas: Plano Geral de Intervenção nas Muralhas e Torreões de Lagos (cadastro, reabilitação, iluminação, sinalética); execução de materiais de promoção, divulgação e valorização da Igreja de Santo António (exposição itinerante; monografia; merchandising). Valor total da candidatura: € 221 400,00. Participação: € 132 840,00. AVISO ALG-14-2016-10 – Promoção turística e realização de eventos culturais. Eixo Prioritário: Reforçar a competitividade do território. Objetivo temático: Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética. Prioridade de investimento: Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural. - Designação da operação: “Lagos na Rota da Cultura”. Data de submissão: 28/11/2016 / Aguarda avaliação. Ações previstas: Produção de conteúdos turísticos relativos ao património natural e cultural da região: edição e impressão de guião sobre cantarias de interesse histórico e artístico; vídeo promocional sobre o património cultural e natural de Lagos; ciclo de música antiga “Barroco em talha dourada”; reimpressão do guião do Mercado de Escravos”. Valor total da candidatura: € 151 544,00. Participação: € 88 038,90.”-----

-----Esta intervenção teve como apoio um PowerPoint composto pelos seguintes diapositivos:





| GRUPO MUNICIPAL | NOME/CARGO DO MEMBRO | HORA |
|-----------------|---|-------|
| INDEPENDENTE | José Alberto Baptista | 20.52 |
| PS | Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) | 20.54 |

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) apresentou o seguinte Requerimento: “Em vez das intervenções dos Membros da Assembleia Municipal, serem feitas depois de concluídas todas as apresentações dos Técnicos Municipais, conforme decidido pela Comissão Permanente, sugiro que as mesmas sejam feitas no fim de cada apresentação.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi o Requerimento colocado à votação, tendo-se verificado o seguinte resultado:

| | PS | PSD | LCF | CDU | IND | BE | TOTAL |
|---------------|----|-----|-----|-----|-----|----|-------|
| VOTOS A FAVOR | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| ABSTENÇÕES | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 |
| VOTOS CONTRA | 12 | 0 | 0 | 3 | 1 | 0 | 16 |

-----**DELIBERAÇÃO N.º 29/AM/2017:**

-----**Reprovado**, por maioria, o Requerimento apresentado pelo Membro do Grupo Municipal LCF, Jorge Ferreira.-----

-----O Arq. Frederico Paula, Técnico Municipal, fez a seguinte intervenção: “MURALHA DE LAGOS PLANO GERAL DE INTERVENÇÃO E ACCÇÕES DE CARACTER URGENTE - RESUMO DA COMUNICACÃO - A Muralha de Lagos é um imóvel notável e singular da arquitetura militar portuguesa, constituindo a primeira cintura fortificada do período da pirobalística a ser construída em Portugal. A autoria do projeto é atribuída ao mestre Miguel de Arruda, que em Lagos deu continuidade a uma importante obra iniciada em Marrocos com o seu pai e o seu tio, Francisco e Diogo de Arruda, principais percursos da chamada arquitetura militar da transição (da neurobalística para a pirobalística), ainda como aprendiz, concretizada nesse país com a modernização das fortificações de Ceuta e Tânger e a coordenação do projeto da Cidadela de Mazagão, continuada no Brasil com a Fortaleza de S. Salvador da Baía e na Ilha de Moçambique com a Fortaleza de S. Sebastião. O traçado da Cerca Renascentista de Lagos é condicionado por dois fatores fundamentais, concretamente a estrutura urbana existente e, sobretudo, a topografia do terreno. De forma pentagonal, com a sua base implantada ao longo da Ribeira de Bensafrim, a Muralha integra uma área de cerca de 30 hectares (302.500 m²), absorvendo a antiga Cerca Medieval, e um perímetro de 2.400 metros. É uma cerca extremamente bem “agarrada” ao terreno, acompanhando as suas ondulações e tirando o máximo partido dos pontos que o dominam. De facto, foi a expansão urbana que motivou a sua construção, expansão linear ao longo da Ribeira de Bensafrim, mas foi a topografia do terreno que ditou a sua configuração pentagonal.



Fl. 34v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Se ao nível da frente Nascente, sobre a Ribeira de Bensafirim, a muralha funciona como uma espécie de varandim sobre a água, na frente Poente posiciona os três importantes baluartes que definem o seu traçado no cimo das três colinas que marcam o território de Lagos, ganhando supremacia em relação ao espaço exterior. O conceito posto em prática é assim o da construção de muros apenas com função de delimitação das áreas intramuros e extramuros e a concentração de toda a defesa nos baluartes. A muralha, com altura média de 8,00 metros, apresenta o paramento inclinado para aumentar a sua resistência e favorecer o ressalto dos projéteis, tendo uma largura de 2,00 metros na base e menos de 1,00 metro no topo, com coroamento triangular. Os panos de muralha são quebrados para o interior do perímetro, abrindo os ângulos de tiro e garantindo uma mais eficaz defesa dos panos edificados. O projeto da muralha de Lagos distingue claramente o Baluarte da Estância. Enquanto o Baluarte se posiciona nos locais em que a muralha inflete, nos vértices do pentágono, a Estância localiza-se num ponto intermédio de determinado pano. O Baluarte tem uma configuração pentagonal ou em cunha e possibilita ângulos de tiro de 270 graus, apresentando quatro cânhoneiras para tiro frontal e quatro cânhoneiras para tiro rasante, exceto o da Porta de Vila que apresenta seis cânhoneiras para tiro frontal e cinco para tiro rasante. A Estância tem configuração quadrangular e apresenta duas cânhoneiras para tiro frontal e mais quatro cânhoneiras para tiro rasante. Tanto Baluartes como Estâncias são munidos de orelhões, para proteção das suas faces laterais e das cânhoneiras de tiro rasante. Para além das cânhoneiras, dispõem de troneiras alinhadas para disparos de trons ou arcabuzes nas suas faces voltadas para as portas. O tiro rasante é de importância decisiva para a defesa da muralha, já que veio resolver o problema do tiro de proximidade e dos ângulos mortos, anteriormente solucionado com cânhoneiras a vários níveis, o que levantava questões de segurança em relação às situadas no nível inferior, necessitando de defesas complementares como troneiras e matações. O tiro rasante vem resolver este problema, permitindo cobrir os terrenos mais próximos das muralhas com cânhoneiras elevadas, segundo o princípio de que os terrenos próximos de cada baluarte eram defendidos pelo tiro realizado a partir do baluarte seguinte, através de cânhoneiras laterais. Foram estes princípios revolucionários que Miguel de Arruda aplicou na Muralha de Lagos e que determinam a sua importância no contexto do desenvolvimento da arquitetura militar. O Plano Geral de Intervenção nas Muralhas de Lagos (PGI) foi considerado como Prioridade 1 na Listagem de intervenções objeto de consenso Regional (CCDR, AMAL e DRCA Algarve), no Mapeamento dos Investimentos em infraestruturas Culturais e patrimoniais do Programa Operacional regional do Algarve 2014-2020. Constitui a fase de projeto da intervenção física no imóvel, prevista como Prioridade 2 no mesmo documento, sendo assim uma peça imprescindível na prossecução do objetivo de intervir na reabilitação nas muralhas de forma sustentada. O Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), no âmbito dos Projetos Estruturantes a Desenvolver, define, de forma articulada com outras ações, o projeto “Muralha de Lagos _ Plano Geral de Intervenção”, sobre o qual se refere que “a Muralha de Lagos é um elemento fundamental do Património da Cidade, que por si só constitui



um tema suficientemente forte e abrangente que justifica o desenvolvimento de um projeto autónomo. O projeto deverá fazer um levantamento exaustivo da situação da muralha e perspetivar as intervenções necessárias, devidamente cabimentadas e calendarizadas, procurando soluções financeiras que viabilizem as intervenções. Deverá perspetivar a gestão da muralha e espaços adjacentes, incluindo a sua utilização de forma conjunta com entidades públicas e privadas, garantindo a sua fruição pela população e a sua sustentabilidade. Deverá promover e Muralha e com ela promover Lagos, estabelecendo parcerias com muralhas “irmãs”, contribuindo também para a criação de uma rede, que seja ela própria um motor de desenvolvimento de intercâmbio de cultura e de atividades económicas. A implementação do PGI será um processo continuado, que incluirá ações materiais e imateriais.” Neste âmbito, a Câmara Municipal de Lagos já aprovou, no âmbito da dinamização da Delegação Regional do Algarve da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico e em parceria com essa Associação, a criação de um Centro de Estudos de Arquitetura Militar designado CEMA, Centro de Estudos Miguel de Arruda, e da criação de uma Rede de Fortificações da Fronteira Marítima, denominada FRONTEMAR, cujo embrião foi instituído na candidatura de Lagos ao Programa de Cooperação Transfronteiriça POCTEP e que pretende enquadrar as parcerias e acções que o Município tem com diversas entidades estrangeiras no domínio da cooperação e da afirmação de Lagos como Sede dos Descobrimientos Portugueses, como será o caso da Acção de formação de guias turísticos oficiais marroquinos em Património de origem Portuguesa em Marrocos, a realizar no próximo mês de Maio de 2017 em Marraquexe pelo signatário deste documento, e que conta com o apoio do Instituto Camões, da Embaixada de Portugal em Rabat, da Direção da Região de Marraquexe-Safi e da Delegação Regional de Cultura de Marraquexe-Tensift-El Haouz. O Plano de Acção de Regeneração Urbana (PARU) confirma os princípios estratégicos da Autarquia para o centro histórico e retoma a necessidade de desenvolver o Plano Geral de Intervenção nas Muralhas de Lagos, acrescentando ao que o PERU já indicava, a necessidade urgente de intervenção na Cerca Medieval, nomeadamente nos tramos Sul e Nascente, acrescentando que a intervenção física, que apenas prevê a consolidação da estrutura e de melhoria da acessibilidade, deverá ser complementada com a concretização de um protocolo com a Messe Militar cujo objetivo é o de se promoverem visitas públicas à Cerca Medieval. A Câmara Municipal candidatou ao CRESC 2020 a elaboração do PGI, “desdobrado” em quatro projetos autónomos, a saber, Estudo do Cadastro da Muralha e Terrenos Confinantes, Projeto de Reabilitação da Muralha, Projeto de Iluminação de Valorização e Projeto de Sinalética, candidatura num total de 158.670,00 euros, comparticipada a 60%, que foi aprovada em dezembro de 2016. Em fevereiro de 2017 foi submetida outra candidatura ao CRESC 2020, referente a Ações de Carácter Urgente, constituída por cinco intervenções que pretendem solucionar de imediato situações detetadas que colocam em risco a segurança de pessoas e bens, a própria integridade física do imóvel e evitar que a degradação acelerada de alguns tramos tenha no futuro custos muito superiores aos atuais.

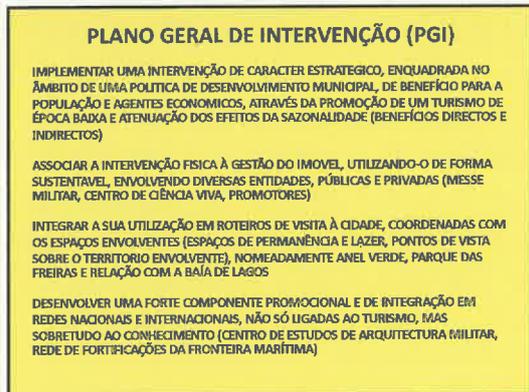
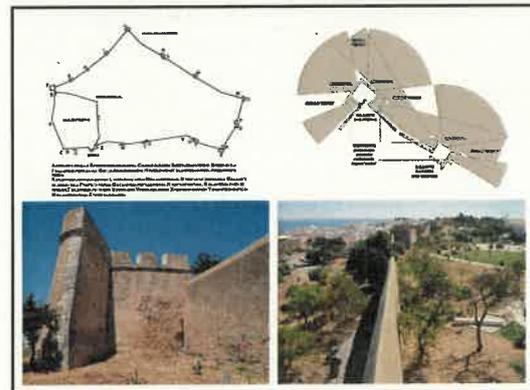


Fl. 35v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Falamos das já referidas intervenções nos tramos Sul e Nascente da Cerca Medieval e nas intervenções no Postigo do Jogo da Bola, na Porta da Vila e nas jambas das canhoneiras do Baluarte das Freiras, num total de 235.270,22 €, também comparticipados a 60%, e que aguarda aprovação.”-----

-----Esta intervenção teve como apoio um PowerPoint composto pelos seguintes diapositivos:





PLANO GERAL DE INTERVENÇÃO (PGI)

CANDIDATURA APROVADA EM 21.12.2016

VALOR TOTAL DA CANDIDATURA _ 158.670,00 €
VALOR COMPARTICIPADO (60%) _ 95.202,00 €
QUOTA PARTE MUNICIPAL (40%) _ 63.468,00 €

VALORES TOTAIS POR PROJECTO

ESTUDO DO CADASTRO DAS MURALHAS E TORREÕES DA CIDADE DE LAGOS E TERRENOS CONFINANTES _ 24.600,00 €

PROJECTO DE REABILITAÇÃO DAS MURALHAS E TORREÕES DA CIDADE DE LAGOS _ 84.870,00 €

PROJECTO DE SINALETICA DAS MURALHAS E TORREÕES DA CIDADE DE LAGOS _ 18.450,00 €

PROJECTO DE ILUMINAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DAS MURALHAS E TORREÕES DA CIDADE DE LAGOS _ 30.750,00 €

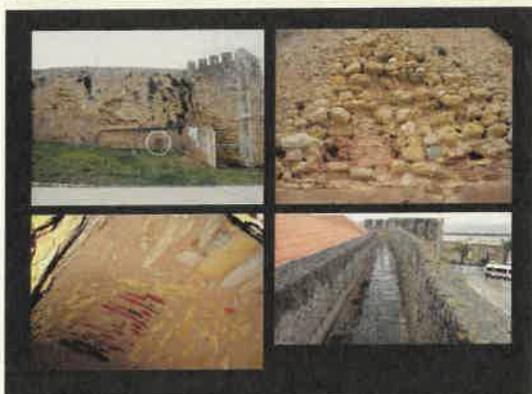
SITUAÇÃO ACTUAL: PROCEDIMENTOS EM CURSO

ACÇÕES DE CARACTER URGENTE

APESAR DE CONSIDERARMOS QUE A INTERVENÇÃO NA MURALHA DE LAGOS DEVER RESULTAR DO DIAGNOSTICO E PROPOSTAS DO PLANO GERAL DE INTERVENÇÃO, FORAM DETECTADAS SITUAÇÕES CONSIDERADAS COMO URGENTES

- PORQUE COLOCAM EM RISCO A SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS
- PORQUE COLOCAM EM CAUSA A PRÓPRIA INTEGRIDADE FÍSICA DO IMÓVEL
- PORQUE SE REFEREM A SITUAÇÕES EM ACELERADA DEGRADAÇÃO, QUE JUSTIFICAM UMA INTERVENÇÃO IMEDIATA PARA MINIMIZAR CUSTOS FUTUROS

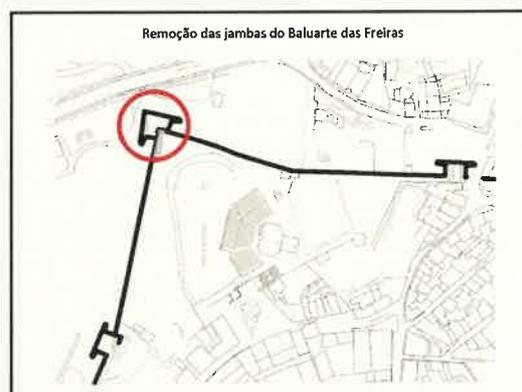
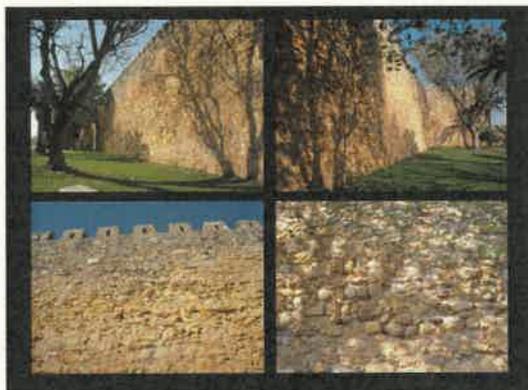
A METODOLOGIA A UTILIZAR BASEIA-SE NA RECUPERAÇÃO E RESTAURO COM BASE NUMA INTERVENÇÃO MÍNIMA, RESPEITO PELOS MATERIAIS E TÉCNICAS ORIGINAIS, COMPATIBILIDADE DOS MATERIAIS APLICADOS COM OS EXISTENTES E REVERSIBILIDADE DAS TÉCNICAS UTILIZADAS, DE FORMA A EVITAR ACÇÕES COM CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS E IRREVERSÍVEIS NO IMÓVEL E QUE ALTEREM A SUA LETURA OU O SEU COMPORTAMENTO NATURAL DO PONTO DE VISTA FÍSICO-QUÍMICO





Fl. 36v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS



ACÇÕES DE CARACTER URGENTE

CANDIDATURA SUBMETIDA EM 13.02.2017

VALOR TOTAL DA CANDIDATURA _ 235.270,22 €
VALOR COMPARTICIPADO (60%) _ 141.162,12 €
QUOTA PARTE MUNICIPAL (40%) _ 94.108,10 €

VALORES TOTAIS POR INTERVENÇÃO

Intervenção no pano Sul e no pavimento e sistema de drenagem do caminho de ronda dos panos Sul e Nascente da Cerca Medieval das Murallas de Lagos _ 70.849,26 €
Intervenção no pano Nascente da Cerca Medieval das Murallas de Lagos _ 145.882,97 €
Intervenção de consolidação do Postigo do Jogo da Bola _ 11.310,04 €
Intervenção de consolidação da Porta da Vila _ 6.379,93 €
Remoção das jambas do Baluarte das Freiras _ 848,00 €

SITUAÇÃO ACTUAL: RELATORIOS PREVIOS SUBMETIDOS À DIRECÇÃO GERAL DO PATRIMONIO CULTURAL E CANDIDATURA A AGUARDAR APROVAÇÃO

-----A Dr. Elena Morán, Técnica Municipal, fez a seguinte intervenção:
“Património Arqueológico de Lagos - Política de Protecção: classificação de



monumentos: - Estação Arqueológica Romana da Praia da Luz (IP: Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1-06-1992) - Barragem romana da Fonte Coberta (IP: Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1-06-1992) - Estação Arqueológica de Monte Molião (IP: Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 1-06-1992). Política de Salvaguarda: enquadrada nos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor: Carta Arqueológica do Município: PDM de Lagos, Anexos, Elementos de Acompanhamento / Carta de Património – atualização de todos os dados; está em permanente atualização. Carta de Sensibilidade Arqueológica do CH de Lagos: Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas do Município de Lagos com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 6561/2015 do Município de Lagos, DR, 2.ª Série, n.º 113, de 12/06/2015. Carta de Sensibilidade Arqueológica da Meia Praia: PUMP (ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 125/2007. publicado no DR, 1ª Série – n.º 165, de 28/08/2007: foi proposta alteração ao Plano decorrente do «Levantamento Arqueológico da Meia Praia», relatório técnico elaborado em 2008); PP da UOPG 13 (aprovado por deliberação da CM, Aviso n.º 13301/2013, publicado no DR, 2ª Série, n.º 211, de 31/10/2013, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 13013/2016, publicado no DR, 2ª série, n.º 204, de 24/10/2016); PP da UOPG 11 (aprovado por deliberação da CM, Aviso n.º 9619/2015, publicado no DR, 2ª série, n.º 166, de 26/08/2015). Carta de Sensibilidade Arqueológica da Vila da Luz: levantamento arqueológico incluído no PU da Vila da Luz, em reformulação. Política de Valorização (produção de conhecimento): GEOLAC (2010-2015) Estudo do povoamento do Paul de Lagos e evolução da linha de costa desde a pré-história até à atualidade [Protocolo de cooperação científica com a Universidade de Sevilha, associando o Laboratório de Geociências da Universidade de Bremen e a Faculdade de Geografia da Universidade de Nantes]. MOLA (em curso, desde 2006) Estudo do Monte Molião na Antiguidade [Protocolo de cooperação científica com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a UNIARQ- Centro de Arqueologia]. Em curso a internacionalização do Projeto MOLA através de uma parceria com a Universidade Autónoma de Madrid trabalhando em rede com outros sítios arqueológicos contemporâneos de Monte Molião, com vista a unificação de soluções museográficas baseadas nas diferenças das técnicas construtivas que marcam os momentos de transição entre os diversos períodos de ocupação (Idade do Ferro / Romano Republicano / Romano Imperial). Vila romana de São Pedro de Pulgão e Aglomeração romana da Luz (em curso desde 2017) [Protocolo de cooperação científica com a Universidade de Marburgo]. Valorização da área submersa da Baía de Lagos (em curso desde 2015) [Protocolo de cooperação científica com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Política de Socialização: Criação de equipamentos museológicos: Núcleo Rota da Escravatura Núcleo de Arqueologia Musealização de sítios arqueológicos: Monte Molião (conservação in situ das estruturas das habitações escavadas e da cisterna, vedação das áreas visitáveis; candidatura PADRE para elaboração de projeto e construção de Centro de Interpretação das ruínas) Balneário romano da Praia da Luz (conservação in situ das estruturas, criação de um

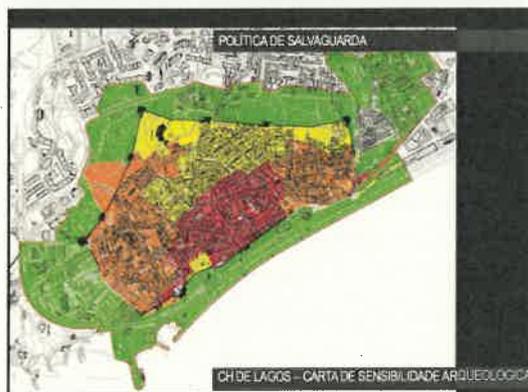
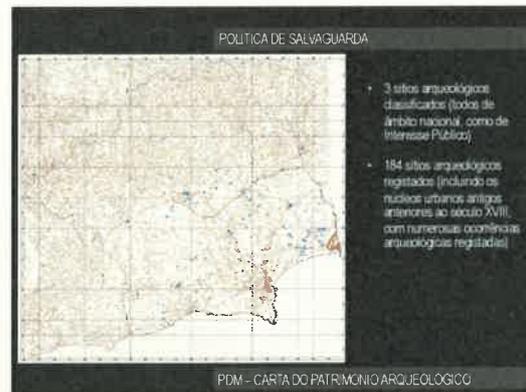
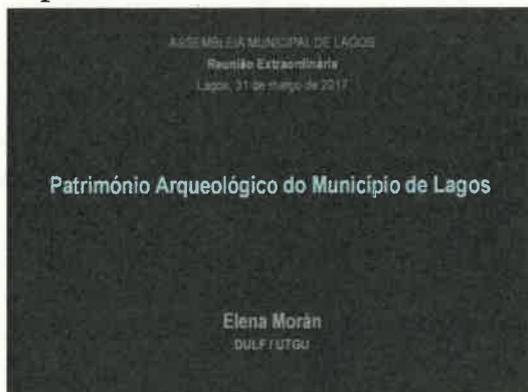


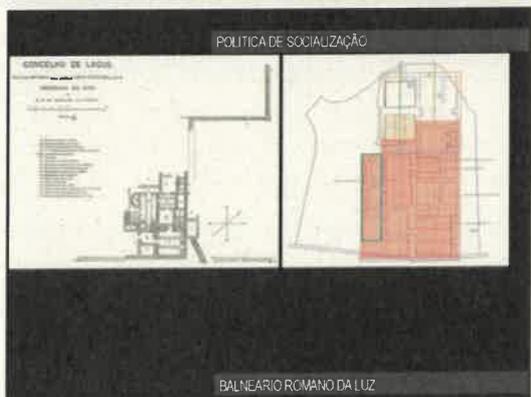
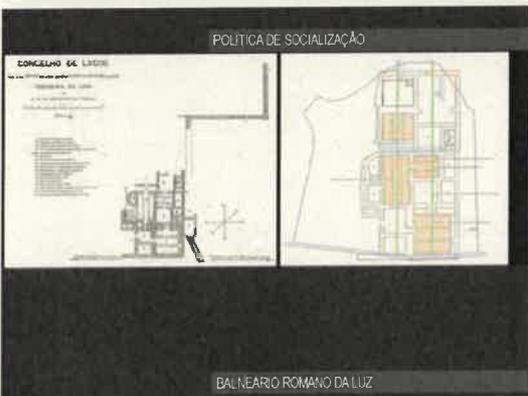
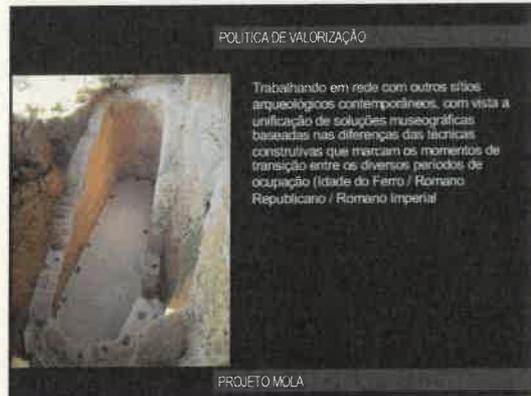
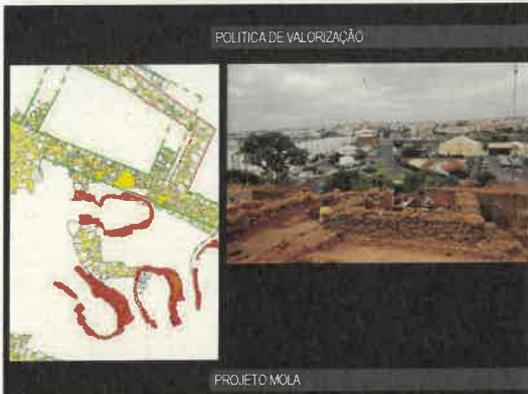
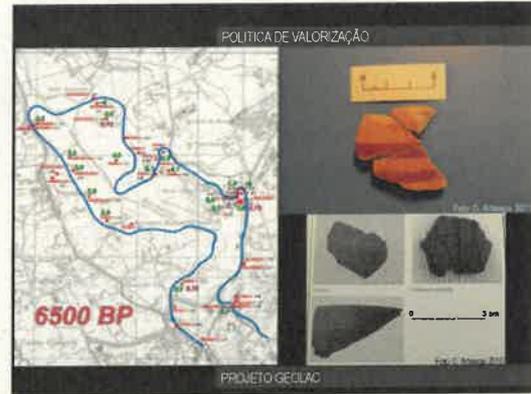
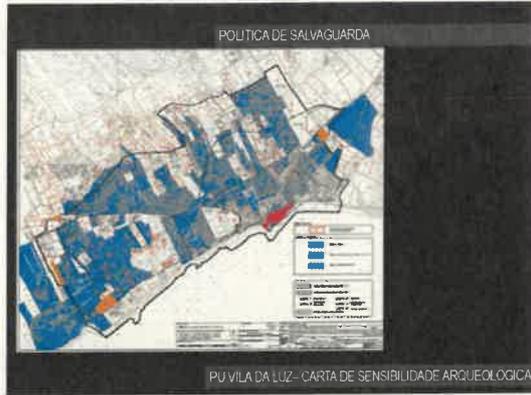
Fl. 37v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

percurso de visita, instalação de sinalética explicativa; candidatura PADRE para elaboração de projeto e construção de Centro de Interpretação das ruínas) Vila romana de São Pedro de Pulgão (aquisição dos terrenos e conservação in situ das estruturas e dos mosaicos) Ruínas do hospital do Vale da Gafaria (conservação in situ das ruínas e instalação de sinalética explicativa) Exposições - Lagos. Arqueologia Urbana (Lagos, Paços do Concelho, 2005) Laccobriga. A ocupação romana da Baía de Lagos (Lagos: Centro Cultural e Museu Municipal, 2007) O Mercado de Escravos (Lagos, 2010). Publicação de resultados científicos. Edição municipal da Série Laccobriga (volume 1 publicado em 2008: Entre Muralhas e Templos: A intervenção arqueológica no Largo de Santa Maria da Graça, Lagos (2004-2005); volume 2 em preparação: O Paul de Lagos: Geoarqueologia de um território (candidatura Património Natural - Paul de Lagos)) Grande parte dos resultados dos trabalhos realizados têm sido publicados em revistas e atas de congressos da especialidade, editadas por entidades externas. Edição de guias Guia Ruínas da Luz Guia Lagos na Rota da Escravatura Ações de divulgação Realização anual das Jornadas de Portas Abertas «Molião» Palestras Visitas comentadas. Ações de formação académica (para obtenção de grau de licenciatura, mestrado e doutoramento), tanto no Monte Molião como na vila romana de São Pedro de Pulgão.”

-----Esta intervenção teve como apoio um PowerPoint composto pelos seguintes diapositivos:

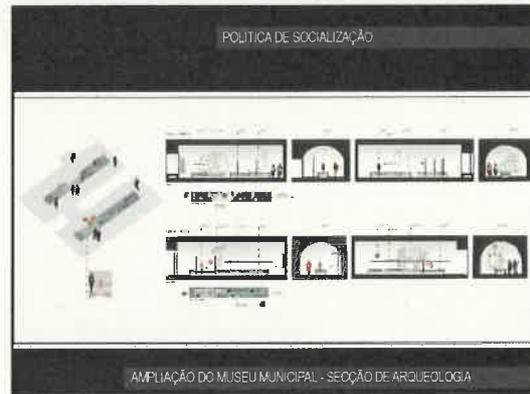
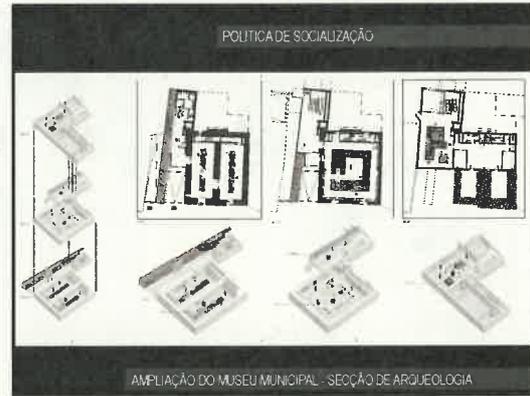
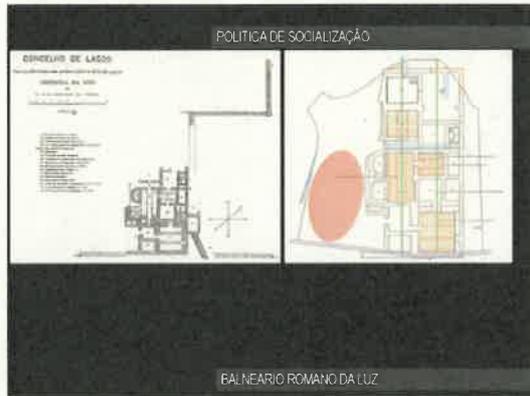






Fl. 38v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS



-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, complementou as intervenções dos técnicos municipais.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Classificação do Património de Interesse Municipal do Concelho de Lagos. É tarefa fundamental do Estado proteger e valorizar o património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana. Apesar de ao longo da sua existência, a região que é hoje o Concelho de Lagos ter sofrido os efeitos de sucessivos cataclismos, tanto de causas naturais, como originados pela ação humana movida por razões circunstanciais ou apenas por ignorância, é hoje herdeira e depositária de edificações, de várias épocas, origens e funções, que, no seu conjunto, constituem um notável património coletivo. Abrangendo todos os campos da atividade da população, neste património se reflete a evolução social, cultural, física e económica,



seja no âmbito do Concelho e como componente da região algarvia, seja na sua participação no decorrer da História do País, com efeitos que se alargaram e até, no plano do saber e do conhecimento, influenciaram e determinaram, para o melhor e para o pior, o percurso do pensamento humano e do saber mundial. Esta evolução veio a resultar, na Cidade de Lagos, num conjunto edificado intramuralhas, marcado pontualmente pelas construções mais significativas pela erudição ou pelo posicionamento na comunidade, que constitui, no seu todo, um acervo cultural de qualidade. Todavia, tanto pontualmente como ao nível de intervenções estratégicas, este património só tem sido objeto de atenções e interesses ou desatentas e desinformadas, ou então, já com dimensão de gravidade, de carácter oportunista, como regra contribuindo mais para a sua descaracterização, do que cumprindo a necessária função pedagógica/formativa e informadora da identidade. Realmente, analisando os elementos mais destacados do património edificado no território do Concelho, verifica-se o seguinte: LAGOS, ANÁLISE DO PATRIMÓNIO EDIFICADO – METODOLOGIA - . património em geral, de arquitetura de carácter histórico, sócio/cultural e de memória coletiva . * arquitetura do modernismo racionalista. ** arquitetura de raiz erudita, sec. XIX e início sec. XX . *** arquitetura popular. 1. PATRIMÓNIO DESTRUÍDO OU EXTINTO, SEC. XX E XXI - Bairro da Ribeira; Barcos tradicionais de pesca; Calçadas e passeios das ruas intramuralhas; Casa Castel Branco**; Central elétrica; Cine teatro Ideal; Estalagem S. Cristóvão*; Forte do Pinhão; Frente portuária urbana; Frota de pesca industrial; Indústria – fábricas conserveiras, cortiça, mármore, cerâmica, moagem; Marégrafo do cais novo; Praça do Infante; Teatro Gil Vicente; Terminal ferroviário da CP. 2. PATRIMÓNIO FALSEADO - Castelo dos Governadores, torres albarrãs e muralhas anexas; Centro de Assistência Social CASLAS*; Fortaleza da Luz; Guaritas da Fortaleza da Ponta da Bandeira; Ponte de D. Maria; Praia da D'Ana. 3. PATRIMÓNIO DEIXADO ARRUINAR - Azenha, moinho de maré***; Casa Novak**; Ermida de Sto. Amaro. 4. PATRIMÓNIO ABANDONADO OU EM RISCO DE RUÍNA OU DEMOLIÇÃO - Adega Cooperativa; Aqueduto e Mãe de Água do Sargaçal; Casa de Cantoneiros; Cocheira de locomotivas e plataforma rotativa; Convento da Trindade; Forte da Meia Praia; Pontão de Odiáxere; Ponte de Arão; Estação arqueológica da Luz. 5. PATRIMÓNIO PRIVADO EM RISCO DE ALTERAÇÕES - Antiga estação da CP; Casa do Catalão***; Casa dos Veigas**. 6. PATRIMÓNIO PRIVADO RECUPERADO - Casa Salvador Mateus**; Casa Corte Real, Porta da Vila**; Casa das colunas, praia da D'Ana*. Ora estabelece a Lei de Bases do Património Cultural, aprovada pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, no seu artigo 3.º, n.º 3, que o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais. Os artigos 2.º e 14.º da mesma Lei, definem que são bens culturais os bens móveis e imóveis que representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura, com interesse cultural relevante e ainda que integram o património cultural os bens que refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. A mais eficaz proteção do património,



Fl. 39v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

assim legalmente ao dispor das Autarquias Locais, é a sua classificação, seja de interesse municipal, da competência dos organismos municipais, seja pela proposta de classificação de nível superior. De facto, a referida Lei de Bases estabelece que os bens móveis e imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, definindo no artigo 15.º que se consideram de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município. Assim, quando se trate de imóvel de interesse municipal, compete à Câmara Municipal do local de situação do bem imóvel proceder à abertura e decisão do processo de classificação, de acordo com o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural previsto no Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. No concelho de Lagos apenas se encontram classificados 2 imóveis de interesse municipal, nomeadamente, Armazém do Espingardeiro e Imóvel sito na Rua Dr. Joaquim Tello. Perante esta situação, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 31 de março de 2017 delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos. Dar início desde já à abertura do Processo de Classificação de Interesse Municipal do seguinte património edificado: PROPRIEDADE DE ORGANISMOS PÚBLICOS - Messe militar; Trem de Artilharia; Agência da CGD; Farol da Ponta da Piedade; Cocheira de locomotivas e plataforma rotativa; Armazém Regimental; Casa de Cantoneiros. DE PROPRIEDADE MUNICIPAL - Núcleo original medieval de Lagos e o conjunto de edifícios que vão do Jardim da Constituição à Praça do Infante (Casa da Dízima, Igreja de Sta. Maria, Armazém Regimental, Vedoria e Messe Militar); Casa da janela manuelina; Casa da Dízima; Casa Sanches Baena; Portal do Museu; Escola Conde Ferreira; Mercado da Avenida; Antigos Paços do Concelho; Convento da Sra. da Glória; Ponte Romana – Arão; Pontão de Odiáxere; Tanques de S. João; Aqueduto e Mãe de Água do Sargaçal; Cadeia Comarcã de Lagos. DE PROPRIEDADE PRIVADA - Antiga estação da CP; Casa dos Veigas; Adega Cooperativa; Casa de Cantoneiros; Casa do Catalão; Casa das colunas, Praia D. Ana; Casa Corte Real, Porta da Vila; Ermida da Sra. dos Aflitos; Fachada da Igreja da Sra. da Graça; Ermida de S. João; Antiga Igreja do Compromisso Marítimo; Arcos da rua da Barroca; Igreja de Sta. Maria; Hospital de Lagos; Convento da Trindade; Menires. E ainda iniciar o procedimento de inventário de manifestações imateriais, como medida fundamental para a sua salvaguarda e valorização, à escala nacional (conforme disposto no art.º 8.º do Decreto – Lei n.º 139/2009, de 15 de junho), como por exemplo: - Prática da Arte Xávega na Meia Praia; - Feitura do Doce D. Rodrigo. Dar conhecimento aos órgãos de comunicação social.”-----

-----A Sra. Maria Paula Couto (PS) agradeceu as apresentações feitas pelos técnicos municipais. Disse que apesar de muito já ter sido feito, muito ainda há a fazer a nível do património municipal, no entanto quem está a trabalhar no terreno está a realizar um trabalho de forma consciente. Referiu que existe património imaterial que necessita de ser classificado. Disse que o Grupo Municipal do PS estava totalmente confiante no trabalho que a Câmara Municipal estava a desenvolver na área do património.-----



-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente da Mesa da AM e Mesa da AM, Sra. Presidente da CM e Srs. Vereadores, Caros companheiros membros da AM. É por deliberação da AM que esta sessão se está a realizar, para analisar a situação do património edificado e arqueológico do concelho de Lagos. Não seríamos nós, que votámos favoravelmente esta deliberação, que iríamos deixar de participar na discussão do ponto. E, contudo, perante as informações prestadas pela CM, ainda que correspondam ao solicitado pela AM, não podemos deixar de manifestar uma pequena desilusão. Quando votámos esta sessão, era nossa intenção abordar mais o contexto político e cultural da situação do património municipal, e não tanto os aspetos técnicos ou meramente históricos do património construído ou redescoberto. Da matéria em discussão, a informação que fomos possuindo ao longo do mandato, com exposições, fóruns e visitas guiadas, poderiam ter dispensado este debate. I - Mas, já aqui chegados, começemos pelas informações da CM. E observemos a orientação bussolar dessas mesmas informações. Património Arqueológico de Lagos. Começemos por fazer uma resenha do documento: Política de Proteção classificação de monumentos: Estação Arqueológica Romana da Praia da Luz; Barragem romana da Fonte Coberta; Estação Arqueológica de Monte Molião; Política de Salvaguarda: enquadrada nos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor. Política de Valorização (produção de conhecimento) e Política de Socialização; Criação de equipamentos museológicos: Núcleo Rota da Escravatura e Núcleo de Arqueologia; Musealização de sítios arqueológicos e Exposições; Publicação de resultados científicos, Edição de guias, Ações de divulgação: Realização anual das Jornadas de Portas Abertas «Molião», Palestras, Visitas comentadas. Ações de formação académica. Da nossa parte, sobre esta informação só poderemos dizer que lamentamos não ter participado mais na informação pública prestada pela CM e pelos responsáveis da arqueologia municipal, pelo que as dúvidas, ou opiniões diferentes, que temos, talvez se não justificassem agora. Contudo, vamos fazê-lo. De momento, só uma: A intervenção arqueológica no Largo de Santa Maria da Graça. Aqui gostaríamos de fazer uma pergunta que, porventura, já terá sido mais vezes feita: porquê a opção por tapar por completo o território da intervenção? Mas, para além da pergunta, não podemos deixar de registar com muito agrado e aplauso o conjunto de protocolos de cooperação científica com universidades estrangeiras. Brilhante. Muralha de Lagos - “A Muralha de Lagos é um imóvel notável e singular da arquitetura militar portuguesa, constituindo a primeira cintura fortificada do período da pirobalística a ser construída em Portugal. O Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) confirma os princípios estratégicos da Autarquia para o centro histórico e retoma a necessidade de desenvolver o Plano Geral de Intervenção nas Muralhas de Lagos, acrescentando ao que o PERU já indicava, a necessidade urgente de intervenção na Cerca Medieval. A Câmara Municipal de Lagos já aprovou, no âmbito da dinamização da Delegação Regional do Algarve da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico e em parceria com essa Associação, a criação de um Centro de Estudos de Arquitetura Militar designado CEMA, Centro de Estudos Miguel de Arruda, e da criação de uma Rede de Fortificações da Fronteira Marítima,



Fl. 40v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

denominada FRONTEMAR... e que pretende enquadrar as parcerias e ações que o Município tem com diversas entidades estrangeiras no domínio da cooperação e da afirmação de Lagos como Sede dos Descobrimentos Portugueses”. A informação prestada, de que retirámos estes extratos, permite-nos concluir que este assunto tem merecido atenção e empenho por parte dos responsáveis, sejam políticos, sejam técnicos. Excelente. Património Edificado e Arqueológico do Concelho de Lagos: Igreja de Santo António e Museu”. Igreja de Sto. António. “No final de janeiro de 2016 a Igreja de Santo António reabriu oficialmente com a visita do Dr. João Soares, enquanto ministro da cultura e com uma sessão pública de apresentação da história, diagnóstico de problemas e ações de resolução sobre a Igreja de Santo António...”. Estivemos presentes; foi este um momento cultural relevante. “Remodelação, Modernização e Dinamização do Museu Municipal Dr. José Formosinho; Muralhas e torreões de Lagos e Igreja de Santo António; Lagos na Rota da Cultura”. Da informação prestada, salienta-se a capacidade de intervenção e de ação que o sector museológico da CM respira. Concluímos, aqui, a leitura do documento enviado pela CM. Em relação ao documento da Revisão do PGU, podemos dizer que, na especificação do património existente e previsto, corresponde ao documento até agora analisado. Já, em relação ao seu conteúdo programático, ir-nos-emos referir, sempre que oportuno, na segunda parte da nossa intervenção. II - Passamos agora a fazer a leitura do que desejávamos que tivesse sido esta sessão da AM. Começamos pela questão de ordem epistemológica, e saber o que entendemos por património, dada a diversidade de situações que hoje o termo pode contemplar. Hoje põe-se em causa a pouca reflexão crítica sobre os conceitos de património, uma vez que “o património está longe de levar a uma visão unificada de parte dos diferentes intervenientes”, escreve-se. Há quem veja no património uma vitrina, outros, um palco, e ainda outros, uma marca territorial e comercial. A variedade de processos de património estudados leva à disseminação do urbano e às reescrituras da História, às estratégias de valorização territorial, ou mesmo, de legitimação política. Será que o património como modo de estabelecer coletivamente uma relação com o passado refletirá a complexidade das dinâmicas urbanas hodiernas? A maior mobilização dos estudos recentes sobre o património permite aprofundar e renovar a reflexão sobre o património na Cidade como tentativa de “restabelecer referências temporais e espaciais e assim redefinir um ambiente”, num contexto de aceleração crescente do tempo e do abalar das certezas, renovando também as relações entre espaço, formas do passado e sociedades. Mais que nunca, o estereótipo do património como “tempo solidificado” e “objeto estável” se atenua para se considerar como um processo social dinâmico e revelador dos desafios sociais, políticos e simbólicos que diariamente se põem. Por isso, são muitas as modernas maneiras de analisar as relações entre património e cidade. O que se pode aplicar à Cidade de Lagos e aos conteúdos do seu património. Para isso, já temos o apoio do que está escrito na Proposta de Revisão do PGU de Lagos, Relatório IV: “Numa perspetiva [regional] de competitividade urbana dispõem-se, por um lado, os investimentos orientados para o reforço da atratividade dos núcleos urbanos junto dos investidores e dos visitantes e, por outro lado, os investimentos em matéria de equipamentos coletivos,



nomeadamente em áreas como o desporto e a cultura”. E a seguir: “Reabilitar e valorizar os centros urbanos, dotando-os de uma rede de equipamentos coletivos coerente e equilibrada; ... promoção e marketing dos produtos do interior e dos espaços e equipamentos para usufruto turístico que irá permitir a requalificação e diversificação da oferta turística; ... qualificação urbana do litoral e a promoção da competitividade...”. E, por fim: “A transformação da cidade de Lagos na capital cultural e de lazer do barlavento, não só através da qualidade do ambiente e do equipamento, mas sobretudo pela dinamização da atividade cultural e recreativa”. É neste contexto de leitura local, regional e global que se insere a nossa leitura do património municipal. Para nós, o património municipal e arqueológico é muito mais que aquilo que hoje aqui falámos. Será tudo que, sendo construído, faz parte do ambiente citadino e das relações sociais e culturais de uma sociedade local, regional ou global. III - Em complemento do nosso entendimento, vamos referir alguns exemplos que se inserem nesta visão e, que por não solicitado pela AM, não constam, especificamente, dos documentos apresentados pela CM, mas que necessitam, segundo a nossa opinião, de uma empenhada atenção política e uma inteligente resposta técnica. Vejamos, pois, esses exemplos. O primeiro, e o mais sensível para o habitante de Lagos, refere a intervenção urbano – cultural que foi feita na Praça da República. É um espaço profundamente histórico da marca Lagos; mas, para lá das opções artísticas, foi reconstruído sem participação conhecida dos cidadãos, com um projeto que foi convulsivamente alterado e que não só afastou, por muitos anos, o mar, como, abriu, também por muitos anos, uma ferida na memória da Cidade. O segundo, visível interna e externamente, refere a decisão de se instalarem na parte nascente da Avenida dos Descobrimentos, numa área com visibilidade central entre o Centro Histórico e o rio e o mar, equipamentos que, felizmente, a atual gestão municipal conseguiu amenizar. Para este assunto, chamo à colação o que o documento da Revisão do PGU de Lagos escreve: “Reforçar a ligação da cidade ao rio, através da redefinição da Marginal, equacionando-a como Passeio Público Ribeirinho; A Marginal deve ser equacionada em termos de desenho e gestão, atendendo às diferentes solicitações a que está sujeita, atenuando a barreira física entre a cidade e o rio. Reforçar a ligação entre as duas margens quer através da melhoria das acessibilidades, quer através da localização de funções representativas de carácter público e/ou privado”. O terceiro, também visível interna e externamente, é o objeto de arte degradado que se encontra na rotunda da entrada e saída da Avenida dos Descobrimentos. O artista, para além de não ter seguido o guião apresentado à CM, também não concluiu, e não concluirá, por falecimento, a sua obra. Sabendo que em breve se iniciarão obras de reconversão de toda essa área urbana, aproveite a CM para alterar a situação. E ficámos por estes exemplos que, na nossa opinião, fazem parte integrante do património municipal, seja cultural e citadino, seja económico. E por fim, e já não como exemplos específicos, mas, decorrendo do último exemplo, os espaços urbanos têm que ser tratados, técnica e politicamente, como património municipal. Aqui, entra a relação espaço – cidadão – património. A proposta que temos para apresentar é aquela que o PGU recomenda, e que nós apoiamos, com o título de “Requalificação e valorização ambiental de



Fl. 41v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

espaços urbanos”. Requalificação, “Através da requalificação extensiva do espaço público urbano, de valorização de espaços com importância ambiental ou que constituam referências urbanas de grande potencial simbólico, da recuperação | valorização ou construção de edifícios com interesse patrimonial ou funcional, ..., da criação de espaços coletivos de identidade e referência urbana, da promoção de centros de cultura e conhecimento, de recreio e lazer, de apoio social ou de utilização de novas tecnologias de informação e comunicação” IV - Fizemos uma pequena pausa, porque, ao chegar aqui, nos sentimos obrigados a fazer um pequeno alerta ou desafio, como se queira. A certo momento, o documento da Revisão do PGU inscreve este empírico axioma: “A cidade é o Centro Histórico”. Cidade com letra pequena, e Centro Histórico com letra grande. Da nossa parte, sabemos que a Cidade é o Centro Histórico e as suas periferias, urbanas e rurais. Também sabemos que a coesão da Cidade pode ficar fragilizada se a política do património municipal, na sua expressão alargada como a entendemos, se confinar a um espaço temporal que, historicamente, pode resistir a mudanças. Como o vemos em muitos centros urbanos das cidades medievais e renascentistas. Permitam-me, porventura por excesso, um extrato da parte final do livro “Por amor das Cidades” de Jacques Le Goff, historiógrafo do período medieval e um dos fundadores da corrente Nova História do último terço do século passado. “Os centros são desde há muito objeto de batalhas ferozes; não querem desaparecer sem luta, resistem. Parece-me, contudo, que a evolução funciona profundamente contra o centro urbano. Já não se adapta à vida económica, à vida das relações que domina as populações. Então, em que se torna? Centro histórico, dizem muito bem os italianos... Vamos para o centro – museu” (fim de citação). Esta é a luta, este é o desafio, este é o golpe de asa da Cidade de Lagos: fazer do Centro Histórico não um centro –museu, mas um património cultural ao serviço da economia e do desenvolvimento da Cidade, numa relação estruturada com todos os espaços municipais cujas artérias partem do coração do Centro Histórico. Sra. Presidente da CM, agradeço que, nem os membros da CM, nem os técnicos municipais, vejam nesta intervenção qualquer sentido de crítica pessoal ou profissional. A CM de Lagos tem no seu seio alguns dos mais categorizados técnicos nacionais da área do urbanismo, com especial referência para o Sr. Eng. Martins Silva, a quem a Cidade deve reconhecimento por, desde a década de 80, se ter empenhado em salvaguardar e valorizar o património da Cidade e do Município. Valor e mérito que é também reconhecido na área da cultura patrimonial aos três técnicos que hoje estão aqui presentes e que agora saúdo especialmente: a Arqueóloga Elena Morán, cuja admiração é sempre renovada; o Arquiteto Frederico Paula, digno herdeiro de um nome inesquecível da recuperação urbana de Lagos; o Dr. António Carrilho, conservador de museu, a quem não posso deixar de reconhecer o modo brilhante como liderou as reparações da Igreja de Santo António e como propõe melhorias museológicas no Museu Municipal. Em suma, e para terminar, queremos reafirmar que a nossa intenção nesta intervenção é: Em primeiro lugar, que se amplie o conceito de Património Municipal; Em segundo lugar, que qualquer alteração ao património existente seja amplamente debatida com os cidadãos; Em terceiro lugar, que haja uma atenção especial para as “feridas



patrimoniais” já reconhecidas, de modo a proceder, com bom senso e com tempo, à sua cura parcial, ou total. E, por agora, é tudo. Obrigado.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que as apresentações efetuadas pelos técnicos municipais, foram importantes, e demonstraram o profundo conhecimento que os intervenientes têm sobre o assunto, mas no entanto as mesmas apenas deram a conhecer aquilo que já é do conhecimento da generalidade das pessoas, não dando uma perspetiva, que também não lhes compete, sobre o que fazer a tanto património existente no Concelho de Lagos. Referiu que a maior parte do património municipal é mal gerido e mal conservado, sendo o maior exemplo disso as Muralhas de Lagos e o património existente entre muralhas, como o Centro Histórico. Disse que nos últimos vinte, trinta anos, se a gestão do património municipal tivesse sido minimamente criteriosa, de certeza que a degradação a que chegou as muralhas não se tinha verificado. Dissertou sobre a ruína de São Pedro do Pulgão, situada junto da Igreja da Nossa Senhora dos Aflitos. Disse existir algum trabalho a ser desenvolvido entre a Câmara Municipal e Universidades, a nível do património, mas mais Universidades deviam ser chamadas a colaborar com a Câmara Municipal nesta área. Referiu que o Anel Verde se apresenta em muito mau estado e degradado, pelo que acabar a obra do Anel Verde, não será prioritário, dado que previa que a mesma tivesse o mesmo fim da que já foi feita e isso não dá boa imagem à cidade. Disse que a obra do Anel Verde é eleitoralista. Referiu que o importante era tratar da Muralha e da sua envolvente e saber o que irá acontecer na zona para a qual está previsto edificação até quatro pisos.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) começou por saudar as intervenções, brilhantes, dos técnicos municipais. Disse que a Câmara Municipal tem desenvolvido um trabalho excelente, na área do património. Referiu haver uma grande interação com a comunidade. Disse que combater a sazonalidade e promover o turismo cultural é relevante e a Câmara Municipal de Lagos está a trabalhar nesse sentido.-----

-----A Sra. Maria Brites (CDU) disse que em 1998 tinha sido feita uma abordagem preliminar às jazidas paleolíticas no Concelho de Lagos, sitas em Ferrel 1, Ferrel 2 e Monte do Januário, pelo que perguntou se desde 1998 até ao presente tinha sido feita mais intervenções nas zonas.-----

-----A Sra. Alexandra Pargana (PSD) começou por agradecer as intervenções dos técnicos municipais. Disse que o património com caráter histórico e cultural de Lagos, tinha uma riqueza incalculável para os lacobrigenses, visitantes e amigos da cidade, merecendo uma atenção redobrada por quem de direito. Referiu ser importante que os lacobrigenses conheçam a sua cidade, pois a mesma tem muitos motivos de orgulho. Disse que seria interessante complementar as parcerias existentes com novas parcerias, sendo a Universidade do Algarve uma entidade indicada para o efeito. Afirmou que a Muralha é um património, imaterial, com muito valor para todos, pelo que deve ser conservada e dignificada, pelo que perguntou o porquê de as intervenções necessárias fazer na mesma estar a demorar tanto tempo para serem concretizadas. Perguntou qual o objetivo da criação de dois Centros de Estudos. Disse que o Museu Municipal é um dos mais visitados do Algarve, sendo um património de grande relevância para a cidade, pelo que seria de



Fl. 42v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

equacionar a construção de um edifício único que albergasse todo o seu espólio, em vez de juntar e “remendar” edifícios ao equipamento, passando o atual espaço a servir como sala de interpretação da Igreja de Santo António. Em relação a bens imóveis, disse que alguns edifícios têm os processos encerrados ou caducados, sendo um exemplo de um processo encerrado a Igreja do Carmo. Disse que não eram conhecidas as estratégias a implementar fora da cidade a nível do património, nem a nível intermunicipal, uma vez que Lagos está integrado nas “Terras do Infante”. Referiu que o slogan do Concelho é “Lagos dos Descobrimentos”, no entanto quem chega a Lagos tem grande dificuldade em descobrir Lagos em todo o seu esplendor.-----

-----O Sr. José Santos (BE) agradeceu as apresentações efetuadas pelos técnicos municipais. Disse que é preciso fazer algo para manter o património municipal, e por isso o Bloco de Esquerda tinha recomendado, em sede de Orçamento Municipal, que um por cento do mesmo fosse destinado à recuperação e manutenção do património municipal. Referiu que o que estava a ser falado em relação às Muralhas de Lagos, deveria ter sido falado há pelo menos dez anos, o que, possivelmente, tinha ajudado a que não tivessem chegado ao mau estado que se encontram.-----

-----A Sra. Cristina Marreiros (LCF) agradeceu a forma apaixonada como os técnicos municipais defenderam projetos muito importantes para a cidade, a nível do património. Congratulou-se por, finalmente, existir um projeto que permite a recuperação das Muralhas. Solicitou informação sobre que mais-valia iria trazer, para todos, a recuperação das Muralhas e a remodelação do Museu Municipal. Lembrou que o elevado número de visitantes que o Museu Municipal recebe todos os anos devem-se ao facto de a Igreja de Santo António estar agregada a este edifício. Sugeriu a venda de Santos António e que a Igreja não encerre às segundas-feiras. Disse que o documento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU era interessante e devia ser debatida uma vez que a listagem enviada pela Câmara Municipal, relativamente ao património material, lhe parecia curta. Referiu que devia ser integrada na listagem a igreja de São João Baptista, existente em Barão de São João e a Igreja de São Bartolomeu, situada em Bensafrim. Perguntou o que se passava com os cílios árabes que existiam em Bensafrim. Terminou dizendo que o património é uma ferramenta muito boa no combate à sazonalidade, por isso tem que ser bem preservado.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) agradeceu as intervenções dos técnicos municipais, as quais foram importantes e valorizam a Sessão. Disse que, tendo em conta todo o debate já realizado, lhe pareceu importante o Grupo Municipal da CDU ter proposto a realização de uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal dedicada ao património. Referiu que a Assembleia Municipal não tinha qualquer informação relativamente a uma proposta aprovada por este Órgão sobre arte pública no Concelho. Disse que a Lei de bases do património, aprovada em 2001, é o documento ideal para ser seguido pelos Municípios. Referiu que em 2002 a Câmara Municipal começou a trabalhar num Plano Museológico, no entanto o mesmo nunca chegou a concretizar-se, no entanto verifica-se a necessidade da



Lagos existência de um documento do género. Disse existir muito património em para classificar. Referiu que tudo deve ser feito para salvaguardar o património material e imaterial sendo que deve ser tomado em consideração pela Câmara Municipal o que é debatido e aprovado pela Assembleia Municipal sobre o assunto.-

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) perguntou como se devia tratar o património do passado, já classificado, e o património atual, por classificar, o qual precisa ser protegido no imediato para que fique garantida a sua existência no futuro. Referiu que a riqueza patrimonial de Lagos deve ser usada como fonte de valorização do Município. Disse ser importante evitar a destruição do património.-----

-----O Sr. Eduardo Andrade (PS) disse o seguinte: “Ouvida a intervenção da Sra. Presidente da Câmara e as apresentações aqui trazidas pelos Técnicos do Município e consultado o documento de enquadramento e inventário do património, incluído na revisão do PGU de Lagos, podemos concluir que já existe no Município uma política de proteção, salvaguarda, valorização e socialização do património de Lagos. Ao longo deste mandato, como já foi referido, concretizou-se muito do trabalho nesta área e há projetos em execução, havendo a consciência de que ainda há muito a fazer. Comparando a proposta da CDU com o inventário incluído na revisão do PGU constata-se que este (o inventário) está fundamentado e aquela (proposta da CDU) não passa de uma listagem de imóveis em relação à qual podemos perguntar: - Porquê estes imóveis e não outros? Ou, Porque não outros imóveis para além destes? Assim, quanto à classificação do património, não faz sentido recomendar à Câmara que faça o que já está recomendado, com mais rigor e abrangência. Antes, talvez, porque não propor a elaboração de uma carta do património? Aproveitando este momento de reflexão sobre o património gostaria de deixar aqui duas sugestões que, na minha opinião, poderão contribuir para valorizar a nossa cidade e, conseqüentemente, algum do nosso património. Lagos, apesar de ser uma cidade historicamente ligada à aventura marítima dos portugueses, neste momento, o centro da cidade está voltado de costas para o mar. A Rua da Barroca, tão antiga e significativa, representa as traseiras da cidade. É urgente transformar esta rua nas frentes da cidade de Lagos. Isto implica uma transformação das fachadas e uma ligação da rua ao parque de estacionamento. O Plano Estratégico de Reabilitação Urbana de Lagos (PERU) já prevê essa intervenção. Seria importante avançar com esta transformação da Rua da Barroca. A Beleza da nossa cidade agradecerá. A Praça da Ribeira das Naus está nas traseiras dos Antigos Paços do Concelho, com os usos que todos conhecemos. É urgente que esta Praça passe a ser uma nova frente deste importante imóvel em que nos encontramos neste momento. Porque não construir um elevador panorâmico e transformar duas janelas em portas? De certeza que não estaríamos a falsear o património, mas, pelo contrário, este imóvel ficaria mais funcional e a praça passaria a ter outra dignidade e funcionalidade.”-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) começou por agradecer as apresentações efetuadas pelos técnicos municipais. Disse que Lagos é uma cidade com história, cultura e tradição. Referiu que o atual Executivo Municipal tem feito um grande esforço no sentido na recuperação e manutenção da história de Lagos, no entanto é necessário refletir,



Fl. 43v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

uma vez que não está tudo feito e muito há para fazer.-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) disse haver muitos imóveis no Concelho classificados como de interesse público, no entanto a sua maioria continua encerrada ao público, como é o caso da Fortaleza da Praia da Luz e o Forte da Meia Praia, este último em avançado estado de degradação.-----

-----O Sr. Carlos Fonseca (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que o Pontão de Odiáxere, considerado de interesse municipal em 2013, era um dos patrimónios arqueológicos de Lagos que aguardava uma requalificação, pelo que congratulou a Câmara Municipal pelo facto de esta ter dotado uma verba a rondar os oitenta e três mil euros para tal requalificação.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) disse o seguinte: “Entendemos que a proposta apresentada pelo grupo municipal dos eleitos da CDU expõe o problema de forma excessivamente simplista, confunde os conceitos e os problemas que pretende resolver e apresenta contradições evidentes entre a análise da situação e as propostas que apresenta (por exemplo, por que motivo apresenta a Casa Salvador Mateus como património privado recuperado, mas não a propõe para a classificação? Porque deve ser classificada a Casa de Cantoneiros e a Igreja Nª Senhora do Carmo ou a Igreja de Santa Maria não merecerem o mesmo tratamento?) Essencialmente, entende o Grupo Municipal do Partido Socialista que o problema não está corretamente apresentado, porquanto: Centra a atuação do Município na classificação de Interesse Municipal dos imóveis apresentados sem um enquadramento estratégico ou sistemático, antes parecendo que os mesmos são propostos de forma desgarrada; Não afirma a necessidade de se proceder a uma inventariação que permita definir critérios para a classificação – porque é que se classifica, o que é se classifica e para que é que se classifica; Não propõe uma classificação que obedeça a uma hierarquia consoante o grau de importância do património a classificar – o que, ao se propor uma imensa lista a classificar sem que exista uma indicação dos critérios a que presidiram, concorra para uma espécie de “banalização” da classificação, pois tudo é património e nenhuma consequência, para a sua valorização ou recuperação, se retira desse fato; Não afirma quais os efeitos que se pretendem atingir com tal classificação, pois a mesma não pode resultar num congelamento do património, mas antes contribuir como um instrumento ativo para a recuperação e valorização do património – afinal, o objetivo principal nesta matéria. Em suma, não pode o Partido Socialista acompanhar na totalidade os considerandos da proposta, e apesar de concordar que o mecanismo de classificação de imóveis como imóveis de interesse municipal é um instrumento que o Município deve lançar mão (e até concordando que eventualmente o deva fazer de forma mais abrangente do que aquela que tem sido feita), entente que tal classificação não constitui um fim em si mesmo, devendo antes a ação municipal centrar-se na recuperação e valorização do património e nos instrumentos que deve lançar mão para o atingir – e aqui sim, enquadrar a classificação de património como um instrumento para o atingir. É, pois, importante colocar o acento tónico na valorização e recuperação do património e não numa mera classificação “ad hoc”, casuística e desconexa, sem que se perceba muito bem



nem os critérios que presidiram à escolha dos bens a classificar (e eventualmente o que motivou a ausência de outros imóveis), nem os fins a que se destina essa classificação: para que é que se classifica, quais os efeitos da classificação e de que forma é que essa classificação contribui para a valorização e recuperação de tal património. Inventariar os bens patrimoniais de relevo, estabelecer uma hierarquia entre eles, apresentar medidas de salvaguarda distintas consoante a sua hierarquia, definir critérios para aplicação dos instrumentos de política urbanística definidos no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, garantir benefícios aos proprietários de bens classificados (quando privados) devem ser as prioridades da ação municipal nesta matéria. Ora, entende o Grupo Municipal do Partido Socialista que tais objetivos só são atingidos com a proposta que apresenta de elaboração da “Carta do Património” e não com soluções casuísticas que em nada contribuem para os objetivos que se pretendem alcançar.”-----

-----Seguidamente foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta, apresentada pelo Grupo Municipal do PS: “Desde os anos 80, com os “Estudos de Reabilitação Urbana”, tem vindo a ser feito um trabalho de inventariação e catalogação do património edificado de Lagos; Esse trabalho foi atualizado com a proposta de Plano de Pormenor, que nunca chegou a ser aprovado, e mais tarde com a Revisão do Plano de Urbanização de Lagos, atualmente em vigor. O levantamento existente constitui uma base de trabalho sobre a qual se deve trabalhar no sentido de melhorar a eficácia da atuação municipal na política de recuperação e valorização do património. Tal objetivo deve ser atingido a partir da elaboração de uma Carta de Património, que deve: a. Definir critérios gerais e abstratos que permitam a inventariação dos bens a integrar na Carta de Património; b. Proceder à inventariação e hierarquização dos bens patrimoniais existentes no Município; c. Estabelecer medidas distintas de proteção e de benefícios para os proprietários dos bens a integrar na “Carta”, consoante a sua hierarquia. A Carta de Património deverá ser instituída com o objetivo de promover a reabilitação do Património e não de o “congelar”, através de medidas que harmonizem a sua salvaguarda com a sua rentabilidade. Uma medida que será relevante é a definição de benefícios fiscais e outros apoios para os titulares de imóveis integrados na Carta de Património que permitam aos seus proprietários usufruir de benefícios fiscais e outros (por exemplo no acesso preferencial a fundos de financiamento para a reabilitação de imóveis), desde o momento da sua classificação e de forma permanente. A elaboração da Carta de Património deverá ser feita por um grupo de técnicos municipais, a destacar para o efeito, deverá ser elaborada no prazo máximo de um ano a contar da data da deliberação da Assembleia Municipal de Lagos que aprove esta proposta e deverá ter um acompanhamento trimestral pela Comissão do Património da Assembleia Municipal de Lagos. Assim, os eleitos do Partido Socialista propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida no dia 31 de março de 2017, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos a elaboração da Carta do Património, nos termos apresentados na presente proposta. Dar conhecimento desta proposta aos órgãos de comunicação social.”-----



Fl. 44v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o documento apresentado pelo Grupo Municipal do PS não é alternativo ao documento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU. Referiu que o que é proposto pela CDU começou a ser discutido e inventariado no início da década de oitenta, estando tal plasmado em diversos documentos produzidos ao longo das últimas décadas. Disse que o que estava em causa era a preservação e a valorização do património existente antes que seja tarde. Referiu que nos últimos quinze anos, apenas dois imóveis tinham sido classificados como de interesse municipal. Terminou informado que o Grupo Municipal da CDU mantinha a Recomendação apresentada.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) disse que no País existe muito património classificado, muito degradado e muito por classificar. Felicitou a Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido a nível do património municipal. Disse que pela intervenção inicial do Sr. Jorge Ferreira, percebeu-se que o mesmo não sabia como funcionava uma Câmara Municipal, ao frisar que os técnicos municipais não deram uma perspetiva futura sobre o que se deveria fazer em relação ao património. Sugeriu a criação de um instrumento que levasse os turistas a visitar todas as Freguesias do Município uma vez que todas são ricas a nível de património. Perguntou se a Câmara Municipal tinha conhecimento de património de Lagos espalhado pelo País, como é o exemplo da Estela de Bensafirim.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que técnicos são técnicos e políticos são políticos e quem toma as decisões políticas são os políticos, não são os técnicos.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que tinha valido a pena ter debatido o assunto do património, na Assembleia Municipal. Referiu ser unanime o reconhecimento de que Lagos é muito rico em história e em património, estando todos interessados em promover e valorizar o património. Disse que os três projetos apresentados pelos técnicos municipais, são os projetos considerados como pilares da política da Câmara Municipal no sentido de valorizar o património municipal. Referiu que a requalificação do Museu Municipal não era uma obra pequena e não pode ser transferido para outro local. Disse que a Associação Terras do Infante funciona muito bem em termos da promoção cultural. Referiu que a Câmara Municipal estava a desenvolver um grande trabalho no sentido preservar e divulgar todo o património municipal. Informou que toda a zona da Ponta da Piedade ia ser alvo de uma obra de requalificação, a nível de passadiços, estando para breve o início da primeira fase da intervenção que iria desenvolver-se entre a Ponta da Piedade e a praia do Canavial, seguindo-se uma segunda fase, a qual irá da Ponta da Piedade até à praia do Pinhão. Disse que a valorização do património, esteja o mesmo situado no Centro Histórico, ou em qualquer local do Concelho, é um desígnio da Câmara Municipal. Referiu que muitos são os eventos realizados no âmbito do património, tendo destacado os eventos relacionados com o Monte Molião. Disse que muitos são os protocolos existentes entre universidades nacionais, e internacionais, e a Câmara Municipal, referentes ao estudo do património de Lagos. Reconheceu que havia muito por fazer, relativamente ao património municipal, mas estava a ser desenvolvido um bom trabalho, por parte da Câmara Municipal, no âmbito do património.-----



-----A Dra. Elena Morán, Técnica Municipal, disse que as jazidas paleolíticas não tinham sido alvo de mais intervenções desde 1998. Informou que recentemente tinham sido descobertos mais vestígios paleolíticos perto das jazidas, num terreno privado. Sobre a opção tomada de tapar as escavações realizadas no Largo de Santa Maria da Graça, disse que depois de removidas as ossadas do local, que era um cemitério, nada mais havia para explorar. Disse que apesar de não ter conhecimento sobre o assunto, provavelmente existirá património de Lagos que não se encontre no território do Concelho.-----

-----O Arq. Frederico Paula, Técnico Municipal, sobre o reboco, disse que o reboco para os edifícios é como a pele para as pessoas, ou seja, ninguém gosta de ser esfolado, pelo que tratar de um edifício é como levar alguém ao médico. Disse que a frente nascente da cerca medieval sempre foi rebocada e não existia a intenção de alterar o quer que seja, em qualquer das frentes da cerca. Referiu que o que está em causa era o reboco que era aplicado, uma vez que se o reboco for de cimento, tal acelera a degradação da Muralha. Sobre o Centro de Estudo de Arquitetura Militar, e à Rede de Fortificações da Fronteira Marítima, eram duas organizações que estavam em embrião.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, agradeceu a presença e as apresentações dos técnicos municipais.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) disse que quando foi feito um reboco na Muralha, com cimento, o mesmo foi realizado com o aval da Direção Nacional dos Monumentos Nacionais, sendo que tal intervenção, no entretanto, tinha sido parada, por ordem superior, mas depois foi dito que tinha sido um erro não ter sido feito esse reboco com cimento, uma vez que a taipa seria conservada com reboco de cimento, pelo que, tendo em consideração tudo isto e a intervenção do Sr. Arquiteto Frederico Paula, tinha ficado ainda com mais dúvidas.-----

-----O Arq. Frederico Paula, Técnico Municipal, esclareceu que a base da Muralha é de alvenaria pobre de pedra, conhecida por alvenaria ordinária, pelo que a mesma só deve ser rebocada com cal de areia.-----

-----A Sra. Alexandra Pargana (PSD) agradeceu os esclarecimentos prestados pelos técnicos municipais. Disse que é com discussão de visões políticas diferentes que se deve tirar frutos em prol dos lacobrigenses. Referindo-se ao documento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, disse que existia património na cidade que devia ser classificado como património de interesse municipal, contudo não pode ser generalizada a pretensão de todos os edifícios mais antigos entrem nesta classificação, pelo que o Grupo Municipal do PSD era da opinião de que deve ser apreciado caso a caso. Relativamente ao documento apresentado pelo Grupo Municipal do PS, disse que o mesmo não é alternativo, nem se sobrepõe ao documento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, uma vez que se tratam de propostas diferentes. Terminou informado que o Grupo Municipal do PSD iria votar, favoravelmente, os dois documentos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a zona referida com da Ponta da Piedade, a qual vai ser alvo de uma intervenção, deveria referida por Costa D' Oiro, uma vez que a intervenção a realizar vai muito além da Ponta da Piedade.-----



Fl. 45v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo-se verificado o seguinte resultado:

| | PS | PSD | LCF | CDU | IND | BE | TOTAL |
|----------------------|----|-----|-----|-----|-----|----|-----------|
| VOTOS A FAVOR | 0 | 5 | 3 | 3 | 0 | 1 | 12 |
| ABSTENÇÕES | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| VOTOS CONTRA | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 |

-----Tendo-se verificado empate na votação, a Mesa anunciou a repetição da mesma, pelo que foi novamente efetuada a votação referente à Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo-se verificado o seguinte resultado:

| | PS | PSD | LCF | CDU | IND | BE | TOTAL |
|----------------------|----|-----|-----|-----|-----|----|-----------|
| VOTOS A FAVOR | 0 | 5 | 3 | 3 | 0 | 1 | 12 |
| ABSTENÇÕES | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| VOTOS CONTRA | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 |

-----**DELIBERAÇÃO N.º 30/AM/2017:**

-----**Reprovada**, por maioria, exercendo Voto de Qualidade o Sr. Presidente da Mesa, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Seguidamente, passou-se à votação da Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, tendo-se verificado o seguinte resultado:

| | PS | PSD | LCF | CDU | IND | BE | TOTAL |
|----------------------|----|-----|-----|-----|-----|----|-----------|
| VOTOS A FAVOR | 12 | 5 | 3 | 3 | 0 | 1 | 24 |
| ABSTENÇÕES | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| VOTOS CONTRA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

-----**DELIBERAÇÃO N.º 31/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS.--

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Manuel Freire (CDU): “Nós votamos a favor desta Proposta como tínhamos dito anteriormente, porque consideramos que não é uma Proposta alternativa. Discordamos dos considerandos introdutórios da Proposta, mas não temos nada contra que seja dado os passos necessários para a elaboração da Carta do Património, por isso votamos a favor.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): “O que foi dito na última intervenção do Grupo Municipal do PSD passa a declaração de voto do Grupo.”-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Jorge Ferreira (LCF): “Lagos com Futuro votou favoravelmente as duas Propostas, achando que realmente as mesmas não são alternativas, pelo contrário, são até complementares e votamos a favor do documento da CDU por considerarmos ser um documento importante para que Lagos preserve, realmente, o seu património. Podemos discutir caso a caso, situações com que concordamos, com que não concordamos, mas no essencial a listagem aqui elaborada corresponde a património do Concelho que deve ser objeto de análise, de estudo com vista à sua classificação nos termos da lei evocada.



Achamos que esse é um modo de nós, independentemente dos direitos de particulares, ou outros, que estejam envolvidos neste património edificado, em primeiro lugar está o interesse do Município, sem prejuízo desse património privado. Portanto há sempre maneira de compensar as pessoas pela classificação e pelos limites que a classifica desse património traduz, mas a cidade assegura para o futuro que este património, aquele que nós viemos a escolher para ser classificado, cá continua para muitas e muitas gerações. Estamos aqui a falar de património de milhares de anos, do paleolítico, pelo menos, portanto, eu aqui na Proposta da CDU faço um reparo fundamental, que é aquilo que se chama a arquitetura modernista racionalista e também nacionalista, também existe uma fase do Estado Novo e o nacionalismo também está presente nessas obras, nomeadamente aquelas que o Arq. Frederico Paula referiu, por tanto nos termos da época é a tal época. Da proposta da CDU acho importantíssimo que se vá fazer uma análise cuidada sobre a arquitetura do modernismo racionalista. Neste ano, duas obras deste tipo que mereciam ter tidas em atenção foram destruídas ou alteradas. Acho que a Carta proposta pelo PS é importante, mas não é importante para daqui a um ano, é importante para daqui a alguns meses. Lamento que a Proposta da CDU não tenha sido aprovada porque era um caminho para se fazer qualquer coisa por este património do Concelho de Lagos.”

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Alberto Baptista (IND): “O Grupo Municipal Independente absteve-se porque, não podendo intervir na discussão dos documentos, não podendo, por isso, emitir a sua opinião sobre os mesmos, com que, em grande parte concorda, mas em que há outras partes que necessitava de mais esclarecimentos que não podemos obter, pelo que não restou outra posição senão a abstenção.”

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou o Sr. Jorge Ferreira que na Proposta apresenta pelo Grupo Municipal da CDU, iam três elementos do património do modernismo.

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Sessão, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 0 horas e 12 minutos, da madrugada do dia 1 de abril, declarou encerrada a Sessão.

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, exercendo, nesta Sessão, o cargo de Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.



Fl. 46v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

